

13 — Requisitos Específicos — Podem candidatar-se ao procedimento concursal comum, aberto pelo presente aviso, os médicos, providos na categoria de Assistente Graduado no âmbito da especialidade de Gastrenterologia, com pelo menos três anos de provimento e habilitados com o grau de consultor em Gastrenterologia, nos termos do n.º 3 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 177/2009 e n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 176/2009, ambos de 4 de agosto, e que estejam inscritos na Ordem dos Médicos e tenham a situação perante a mesma regularizada.

14 — Não podem ser admitidos candidatos que, cumulativamente, se encontrem integrados na carreira, sejam titulares da categoria e, não se encontrando em mobilidade, ocupem postos de trabalho idênticos aos postos de trabalho para cuja ocupação se publicita no presente procedimento.

15 — Formalização das candidaturas — A candidatura deverá ser efetuada através de requerimento, dirigido à Senhora Presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E., em suporte de papel, e ser entregue pessoalmente no Serviço de Expediente do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E., em dias úteis, entre as 9:00 e as 17:30 horas, ou enviada por correio registado, com aviso de receção, para a morada, Rua Leão Penedo — 8000-386 Faro, contendo obrigatoriamente os seguintes elementos:

a) Identificação do requerente (nome, data de nascimento, sexo, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade/cartão de cidadão, número de identificação fiscal, residência, código postal, endereço eletrónico, telefone e telemóvel);

b) Identificação do procedimento concursal e da entidade que o realiza, com indicação e página do *Diário da República* onde se encontra publicado o presente aviso;

c) Identificação da carreira e categoria a que se candidata;

d) Identificação da carreira, categoria, natureza do vínculo e estabelecimento ou serviço em que se encontra a exercer funções;

e) Identificação dos documentos que instruem o requerimento, bem como a sua sumária caracterização.

f) Situação perante cada um dos requisitos de admissão exigidos, designadamente:

f.1) os relativos ao nível habilitacional e à área de formação académica ou profissional;

f.2) os previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alterações que lhe foram posteriormente introduzidas, e nos artigos 15.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 176/2009, de 4 de agosto.

g) Menção, sob compromisso de honra, de que o candidato declara serem verdadeiros os factos constantes da candidatura.

16 — Documentos — O requerimento deverá ser acompanhado, sob pena de exclusão, dos seguintes documentos e nos precisos termos abaixo indicados:

a) Documento comprovativo da posse do grau de consultor na área de exercício profissional a que respeita o concurso;

b) Documento comprovativo de inscrição na Ordem dos Médicos;

c) Cinco exemplares do *curriculum vitae*, que, embora elaborado em modelo europeu, proceda a uma descrição das atividades desenvolvidas, que devem estar devidamente datados, rubricados e assinados.

d) Cinco exemplares de um plano de gestão para discutir na prova prática.

e) Documento comprovativo do vínculo e do tipo de vínculo à sua instituição de origem e do exercício efetivo com a categoria de assistente graduado, com indicação da sua duração;

16.1 — A habilitação académica e profissional é comprovada pela fotocópia do respetivo certificado ou outro documento idóneo, legalmente reconhecido para o efeito.

16.2 — Pode ser exigida aos candidatos a apresentação de documentos comprovativos de factos por eles referidos no currículo que possam relevar para a apreciação do seu mérito e que se encontrem deficientemente comprovados.

16.3 — Os órgãos ou serviços emitem a documentação solicitada, exigível para a candidatura, no prazo de três dias úteis contados da data do pedido.

16.4 — Sempre que um ou mais candidatos exerçam funções no órgão ou serviço que procedeu à publicação do procedimento, os documentos exigidos são solicitados pelo júri ao respetivo serviço de pessoal e àquele entregues oficiosamente. A estes candidatos não é exigida a apresentação de outros documentos comprovativos dos factos indicados no currículo desde que expressamente refiram que os mesmos se encontram arquivados no seu processo individual.

16.5 — Nos termos do disposto no n.º 11 do artigo 14.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, alterado pelas Portarias n.º 355/2013, de dezembro e n.º 229-A/2015, de 3 de agosto e do n.º 10 da cláusula 16.ª do ACT publicado no BTE n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, alterado pelo ACT, publicado no BTE n.º 43 de 22 de novembro de 2015, a apresentação de documentos falsos determina a participação à entidade competente para efeitos de procedimento disciplinar e ou penal.

17 — Métodos de seleção:

a) Avaliação e discussão curricular a efetuar nos termos do artigo 20.º do Regulamento e cláusula 22.ª do ACT;

b) Prova prática no âmbito da especialidade de Gastrenterologia, com a apresentação e discussão de um plano de gestão clínica do serviço ou unidade da presente área de especialização, tendo em vista a maximização da eficiência, a melhoria contínua da qualidade, metas e objetivos a alcançar e a forma de seguimento e avaliação de resultados, a efetuar, nos termos do artigo 21.º do Regulamento e cláusula 23.ª do ACT.

18 — A classificação e ordenação final dos candidatos são obtidas pela média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri e efetuada por ordem decrescente, na escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada de 70 % e 30 % das classificações quantitativas obtidas na avaliação curricular e na prova prática, respetivamente, apenas podendo ser contratados os candidatos que obtenham classificação final igual ou superior a 10 valores, sem arredondamentos.

19 — As atas do júri onde constam os parâmetros de avaliação e respetiva ponderação de cada um dos critérios de seleção a utilizar, a grelha classificativa e o sistema de valoração final são anteriores ao termo do prazo das candidaturas e ao conhecimento dos currículos dos candidatos, e serão facultadas aos candidatos sempre que solicitadas.

20 — Em situações de igualdade de valoração, aplicam-se os critérios de ordenação preferencial estabelecidos na Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, alterada pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro, e pela Portaria n.º 229-A/2015 de 03 de agosto e no ACT.

21 — A lista unitária de ordenação final, após homologação, é publicada na 2.ª série do *Diário da República*, afixada no placard de afixação do Serviço de Gestão de Recursos Humanos e disponibilizada na sua página eletrónica.

22 — Composição e Identificação do Júri:

Presidente: Dr. Horácio Luís Guerreiro, Assistente Graduado Sénior de Gastrenterologia do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.

Vogais Efetivos:

Dr.ª Maria Teresa Dias Belo, Assistente Graduado Sénior de Gastrenterologia do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.

Dr. Luís Filipe Ricardo Contente, Assistente Graduado Sénior de Gastrenterologia do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.

Vogais Suplentes:

Dr. José Manuel Costa Esteves, Assistente Graduado Sénior de Gastrenterologia do Centro Hospitalar Universitário do Algarve, E. P. E.

Dr.ª Ana Paula Oliveira, Assistente Graduado Sénior de Gastrenterologia do Centro Hospitalar de Setúbal, E. P. E.

22.1 — O primeiro vogal efetivo substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.

02.03.2018. — A Presidente do Conselho de Administração, *Ana Paula Gonçalves*.

311197751

CENTRO HOSPITALAR DO PORTO, E. P. E.

Aviso (extrato) n.º 3920/2018

Lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico, para a categoria de assistente graduado sénior de Cirurgia Geral da carreira hospitalar, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E. (*Diário da República*, Aviso n.º 14949/2017, 2.ª série, n.º 238, de 13-12-2017).

Devidamente homologada pelo Conselho de Administração em 1 de março de 2018 e para cumprimento da alínea d) do n.º 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 207/2011, de 24 de maio, por força do n.º 1 do artigo 24.º do mesmo diploma, com as alterações introduzidas pela Portaria n.º 355/2013, de 10 de dezembro, e Portaria n.º 229-A/2015, de 3 de agosto, torna-se pública a lista unitária de

ordenação final do procedimento concursal comum conducente ao recrutamento de pessoal médico, para a categoria de assistente graduado sénior de Cirurgia Geral da carreira médica hospitalar, tendo como exigência particular técnico-profissional experiência na área de Cirurgia do Tubo Digestivo Alto e Cirurgia da Obesidade, do mapa de pessoal do Centro Hospitalar do Porto, E. P. E., aberto pelo aviso n.º 14949/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 13-12-2017.

Lista unitária de ordenação final

Jorge Manuel Nunes dos Santos — 18,25 valores.

8 de março de 2018. — A Diretora do Serviço de Gestão Recursos Humanos, *Maria Fernanda Ferreira Oliveira Manarte*.

311196188

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO LITORAL ALENTEJANO, E. P. E.

Deliberação n.º 367/2018

Por deliberação de 28 de fevereiro de 2018 do Conselho de Administração da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E. P. E., autorizada ao Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar Rui Fernando Valadas Calado, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano E. P. E., em regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado a redução de uma hora

do seu horário semanal (passando para 37 horas semanais) nos termos do artigo 5.º n.º 2 alínea c) do Dec. Lei n.º 266-D/2012 de 31/12.

(Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas)

2018-03-05. — O Presidente do Conselho de Administração, *Luís Matias*.

311198123

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE MATOSINHOS, E. P. E.

Aviso n.º 3921/2018

Cessação do procedimento concursal comum para preenchimento de um posto de trabalho na categoria de assistente de radiologia da carreira especial médica

Para os devidos efeitos, torna-se público que o procedimento concursal comum de recrutamento de pessoal médico para a categoria de Assistente de Radiologia, da carreira especial médica, aberto pelo Aviso n.º 2313/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 36, de 20 de fevereiro (referência G), cessa, por inexistência de candidatos à sua prossecução, de acordo com o definido na alínea a) do n.º 1 da cláusula 28.ª do Acordo Coletivo de Trabalho publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 48, de 29 de dezembro de 2011, alterado e republicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, n.º 43, de 22 de novembro de 2015.

9 de março de 2018. — O Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Humanos e Gestão Documental, *Manuel Alexandre Costa*.

311194576



PARTE H

ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Aviso n.º 3922/2018

Em cumprimento do disposto na alínea d) n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que a Comissão Executiva Metropolitana do Porto, na reunião de 8 de fevereiro de 2018, deferiu o pedido de cessação da Comissão de Serviço, apresentado pelo Dr. José Pedro Ramos Figueiredo, do cargo de direção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Gestão de Fundos Comunitários, com efeitos a partir de 1 de março de 2018, ao abrigo do estipulado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, por força do vertido no artigo 18.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, aplicados por força do disposto no n.º 4 do artigo 10.º da Lei n.º 77/2015, de 29 de julho.

6 de março de 2018. — O Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, *Eng. Mário Rui de Oliveira Soares*.

311196796

Aviso n.º 3923/2018

Para os devidos e legais efeitos, em conformidade com a alínea a) do n.º 2 do artigo 49.º conjugado com o artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que foram concluídos com sucesso o período experimental, na sequência da celebração de contratos de trabalho em funções públicas, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, na carreira e categoria de Técnico Superior, relativo ao procedimento concursal comum para preenchimento de vários postos de trabalho, aberto pelo Aviso n.º 4634/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 67, de 6 de abril, dos trabalhadores seguintes:

- a) Ana Isabel Martins dos Santos;
- Carla Isabel Pinto Oliveira;
- Maria do Carmo Osório de Castro Barata de Tovar;
- Nuno André Jesus Santos Costa;

Por despacho de homologação do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, Dr. Lino Joaquim Ferreira, exarados

nas respetivas atas do júri responsável pela avaliação final, datados de 23 de outubro de 2017.

- b) Ana Amélia Granjo Ferreira Guedes de Carvalho Ferreira;
- Cristina Alexandra Alves de Magalhães;
- Fernando Manuel Pacheco Pereira;
- Luís Alexandre Prinas Nascimento;
- Sónia Filipa Leite Mateus;
- Sónia Isabel Leite Ferreira da Silva;

Por despacho de homologação do Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, Eng.º Mário Rui de Oliveira Soares, exarados nas respetivas atas do júri responsável pela avaliação final, datados de 7 de fevereiro de 2018.

6 de março de 2018. — O Primeiro-Secretário da Comissão Executiva Metropolitana do Porto, *Eng. Mário Rui Soares*.

311197005

MUNICÍPIO DE ALMADA

Aviso (extrato) n.º 3924/2018

Para os devidos efeitos torna-se público que os trabalhadores abaixo identificados concluíram com sucesso o período experimental, cuja classificação final homologuei em 23-02-2018, dos Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado (CTI) celebrados, conforme avisos publicados na 2.ª série do *Diário da República* números 23, 38 e 82 de 01 e 22-02 e 27-04-2017, no âmbito dos seguintes Procedimentos Concursais Comuns:

- Técnico Superior (Comunicação) — António Manuel Dias da Silva e Charlene Soel Izaque, CTI em 01-11-2016;
- Técnico Superior (História da Arte) — Maria Susana Tormenta Pereira, CTI em 01-10-2016;
- Assistente Técnico (Biblioteca e Documentação) — Paulo César Fretes Gabriel, CTI em 01-01-2017;
- Técnico Superior (Ciências Sociais e Humanas) — Augusto Manuel Ganhão Calado, CTI em 01-03-2017.

05-03-2018. — A Vereadora dos Serviços Municipais de Recursos Humanos e Saúde Ocupacional, Higiene Urbana, Ação e Intervenção Social, Habitação, *Maria Teodolinda Monteiro Silveira*.

311193109